



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais)

**DESENVOLVIMENTO URBANO-RURAL NA AMAZÔNIA: a
invisibilidade das cidades ribeirinhas**

Joyce Sampaio Neves Fernandes¹
Liliane Moser²

Resumo: O presente ensaio teórico tem por finalidade caracterizar as cidades ribeirinhas da Amazônia e compreender seu processo de marginalização a partir da problematização da dicotomia urbano-rural. Há uma centralidade de investimentos por parte dos governos em áreas mais populosas, áreas ditas urbanas, e, as áreas menos populosas acabam por receber investimentos secundários ou intermediários. A carência em infraestrutura, políticas públicas, bens e serviços nas cidades ribeirinhas intensifica sua marginalização levando, conseqüentemente, a pauperização das condições de vida de seus moradores, em especial as comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Amazônia; cidades ribeirinhas; urbano-rural; comunidades tradicionais.

Abstract: This theoretical essay aims to characterize the riverside cities of the Amazon and to understand their process of marginalization from the problematization of the urban-rural dichotomy. There is a centrality of investments by governments in more populated areas, so-called urban areas, and less populated areas end up receiving secondary or intermediate investments. The lack of infrastructure, public policies, goods and services in the riverside cities intensifies their marginalization, leading, consequently, to the impoverishment of the living conditions of their residents, especially the traditional communities.

Keywords: Amazon; riverside cities; urban- rural; traditional communities.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2017). Discente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS). E-mail: joyce.sneves@gmail.com

² Assistente Social. Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS) e da Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS). Doutora em Serviço Social (PUC/SP). E-mail: liliane.moser@ufsc.br



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1. INTRODUÇÃO

A região amazônica sofreu um processo de urbanização diferenciado das demais regiões do Brasil, autores como Machado (1996), Pereira (2006), e Trindade Jr (2011) afirmam que é a partir da década de 1960 que podemos falar em desenvolvimento da rede urbana na Amazônia. Tal processo não se deu de forma linear e igualitária em todo o território amazônico, as políticas desenvolvimentistas incidiram na região em tempos e espaços distintos, logo sua rede urbana é complexa e plural.

Diante da sua biodiversidade, temos no estuário amazônico, as cidades ribeirinhas. São cidades localizadas as margens dos rios e que possuem em sua vida cotidiana relações (econômicas, sociais, simbólicas, culturais, lúdicas e entre outros) com este meio ambiente. São cidades pequenas, territórios em geral habitados por comunidades tradicionais. Dentro da hierarquia estabelecida entre o binômio urbano-rural, são classificadas como áreas rurais. Por estarem afastadas dos centros urbanos apresentam fragilidades quanto ao acesso a serviços sociais, políticas públicas e infraestrutura.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho consiste em, a partir da problematização da dicotomia urbano-rural, caracterizar as cidades ribeirinhas e compreender suas carências em termos de bens e serviços sociais. Deste modo, este trabalho divide-se em duas partes: na primeira abordamos o processo de urbanização na Amazônia e no segundo discutimos sobre as cidades ribeirinhas diferenciando-as de cidades beira-rio, além de reflexões sobre os espaços ditos urbanos e rurais. Nas considerações finais reafirma-se a invisibilidade destas cidades e os desafios de acesso aos serviços públicos.

2. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO NA AMAZÔNIA: breve considerações históricas

Segundo Sá e Nascimento (2012) a ocupação urbana na Amazônia teve sua gênese no período colonial, com a criação das aldeias missionárias, caracterizada pela formação de



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

pequenas vilas e povoados às margens dos rios em função das atividades comerciais ligadas a exploração e comercialização das especiarias das “drogas do sertão”³.

A economia da borracha (1850-1910) proporcionou a Amazônia, principalmente cidades como Belém e Manaus, vivenciar um período de grande riqueza econômica, conhecido como *Bella Époque*. Tal fenômeno será responsável por diversas modificações nos espaços urbanos da região amazônica. Houve um intenso fluxo migratório, a economia gomífera juntamente com incentivos governamentais atraiu trabalhadores nordestinos que se constituíram na principal força de trabalho com sua mão-de-obra explorada através do “sistema de aviamento”⁴. Além disso, atraiu grupos de diferentes nacionalidades que investiram no comércio e em infraestrutura para viabilizar o escoamento da produção: construção de portos, ferrovias, abastecimentos de energia elétrica, telefonia, telegrafia, saneamento e entre outros. (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

Entre 1910 à 1940, a exportação da borracha entra em declínio, “em função da concorrência inglesa nas colônias asiáticas, fruto do contrabando da semente *havea brasiliensis*” (SÁ; NASCIMENTO. 2012, p. 206), provocando uma consequente estagnação na economia. Com a queda dos preços no mercado internacional, os centros comerciais e os barracões localizados nas vias fluviais foram fechados, com isso houve uma significativa migração de trabalhadores para os centros urbanos. Além de provocar um crescimento desordenado das cidades, com a precariedade dos serviços básicos e a falta de oferta de emprego intensificaram-se a degradação das condições de vida destes trabalhadores.

De acordo com os autores Pereira (2006), Silvia e Castro (2013), Machado (1996) e Trindade Jr (2011) outro fator econômico na Amazônia que incidiu no desenvolvimento urbano da região refere-se a exploração de matérias-primas de origem mineral (ferro, manganês, alumínio, cobre, ouro e entre outros) a partir da década de 1960. A constituição

³ A região amazônica, utilizando-se da mão-de-obra indígena, exportava para as metrópoles europeias seus produtos naturais como: gengibre, cacau, tabaco, cravo, milho e etc. Ao se referir à essa dinâmica econômica agroexportadora autores como SÁ, NASCIMENTO (2012); GOMES (2012); FRAURE, PROST, CASTRO (2006) entre outros, denominam essas matérias-primas de “drogas do sertão”.

⁴ O “sistema de aviamento”, segundo Gomes (2012), consistia no processo de produção da borracha em que bancos e casas exportadoras europeias e norte-americanas disponibilizavam capitais para as casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus, que incentivavam os seringalistas (donos ou arrendatários das áreas de extração da seringa) a criarem postos comerciais ou mesmo barracões administrados por pequenos comerciantes. Esse intercâmbio comercial localizava-se ao longo das vias fluviais, desse modo os aviadores adiantavam alimentos ou ofereciam empréstimos aos seringueiros (coletores da borracha, em sua maioria nordestinos) para que pudessem comprar os utensílios necessários para a extração da borracha, em troca estes eram obrigados a entregarem toda a sua produção.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

do urbano e o sistema de cidades representaram um elemento estratégico na dinâmica econômica projetada pelos governos que assumiriam o poder político após o Golpe de Estado deflagrado em 1964 (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

A Amazônia, neste período de ditadura militar, foi considerada como um imenso espaço “vazio” que precisava ser ocupado. Através do discurso midiático “terra sem homens, para homens sem terra” o governo militar buscava atrair empreendedores e imigrantes de várias regiões do país. Neste momento a região vivenciará a chamada “Operação Amazônia” através de mudanças no estatutos legais (Estatuto da Terra, em 1964; Revisão do Código de Minas, em 1967; Política de Incentivos Fiscais, em 1966 e entre outros) com o intuito de atrair investidores nacionais e estrangeiros para a região (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

Outra medida adotada pelos militares, na década de 1970, foi a construção de estradas e rodovias que tinham por finalidade integrar a Amazônia as demais regiões do país, “além da Transamazônica (BR 230), das estradas Perimetral Norte (BR 210), Santarém-Cuiabá (BR 163) e Manaus-Porto Velho (BR 319), que se somariam à rodovia Belém-Brasília (BR 010), construída no governo de Kubitscheck” (SÁ; NASCIMENTO. 2012, p. 210).

Neste mesmo período, mais precisamente na década de 1980, o capital estrangeiro adentrará na região com maior intensidade. A partir da revisão do Código de Minas foi possível realizar um levantamento das áreas que apresentavam recursos naturais, mapeamento realizado através do Projeto Radar da Amazônia (RADAM). A região tornou-se novamente pólo atrativo de investimentos e contribuiu para a implantação de grandes projetos industriais, os “grandes projetos”. Sá e Nascimento (2012) parafraseando Magalhães Filho (1987) afirmam que o termo mais apropriado seria “grandes intervenções” ao invés de “grandes projetos” e classificou-os em dois eixos: Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional Explícito e Grandes Projetos Setoriais/Nacionais.

No primeiro, Grandes Projetos de Desenvolvimento Regional Explícito, destacam-se: Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (apoio a projetos do setor privado); Incentivos Fiscais administrados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (também com apoio a projetos do setor privado); Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (POLONOROESTE); e, por fim, Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas (PDRI Amazonas). No



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

segundo eixo, Grandes Projetos Setoriais/Nacionais, destacam-se: Programa Grande Carajás (Carajás – Ferro; Albrás/Alunorte – Alumina e Alumínio; Hidroelétrica de Tucuruí; Estrada de Ferro Carajás (EFC) ligando Parauapebas/PA a São Luís/MA; Porto da Vila do Conde em Barcarena/PA); Projeto Jari; Programa da Borracha (PROBOR); e, por fim, Projeto Trombetas – mineração de bauxita (SÁ; NASCIMENTO, 2012).

As consequências da implantação desses grandes projetos são previsíveis: degradação ambiental, desmatamento, poluição dos rios e nascentes, conflitos por território, disputas por terra e intensificação da pobreza e desigualdades sociais da população amazônica, em especial das comunidades tradicionais, fenômenos estes fortemente presentes na realidade atual da região.

Pereira (2006) parafrazeando Becker (1990), Corrêa (1987) e Vicentini (1994) afirma que estas políticas implementadas na Amazônia entre as décadas de 1970 e 1980, produziram um conjunto de transformações na urbanização da região que podem ser descritas da seguinte forma:

“a valorização dos centros urbanos localizados às margens das rodovias; a reprodução de pequenos núcleos dispersos – povoados e vilas – vinculados à mobilidade do trabalho; a retração de núcleos antigos, que ficaram isolados à margem da nova circulação; a implantação de franjas urbanas avançadas, correspondentes às cidades das companhias (as company towns)⁵; e a concentração nas capitais estaduais (PEREIRA, 2006. P, 24-25).”

As cidades amazônicas hoje, segundo Castro e Santos (2006), vivenciam um paradoxo contraditório de modernização que são percebidos em várias dimensões da vida urbana.

“(…) de um lado, os sinais de adesão ou adaptação a esses novos momentos em que as cidade se integram rapidamente a alta tecnologia, e de outro, a reafirmação de padrões tradicionais de produção de bens e serviços, de informalidade acompanhada da precarização da vida urbana.” (CASTRO; SANTOS. 2006, p. 26)

As cidades hoje convivem com projetos de modernização a partir dos quais crescimento econômico e tecnológico, sob a lógica da sociedade de consumo globalizada, são acompanhados proporcionalmente pelo crescimento das desigualdades, da segregação e da marginalização social.

⁵ De acordo com Pereira (2006) este termo diz respeito à exploração de recursos com alta tecnologia. São relativamente autônomas em relação à vida regional e local, além de estabelecer ligações diretas com o exterior. Ademais, abrigam instalações da empresa, pessoal técnico e trabalhadores. O referido autor cita vários exemplos utilizando-se de uma citação direta do autor (TRINDADE Jr., 2004, p. 7).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

O entendimento do “moderno” e do “atraso” estão relacionados a noção de progresso. Iamamoto (2009) ao referir-se as consequências dessa “modernidade” na sociedade brasileira, afirma que ela tem reforçado traços históricos persistentes em nossa formação social, é o moderno sendo construído por meio do “arcaico”, e ao mesmo tempo transformando-a no contexto da globalização adensando a questão social no país. No tocante as cidades amazônicas esta afirmação é bastante pertinente, heranças do passado se fazem presente no cotidiano da região. Castro e Santos (2006) trazem como exemplo o sistema portuário da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, a reestruturação dos portos na atualidade está facilitando a circulação de mercadorias originárias do processo de produção extrativista (minérios, madeira, pescado e entre outros) mantendo, portanto, as mesmas práticas econômicas de exportação de matéria-prima que predominaram no período da colonização. Ou seja, mesmo com a presença de grandes estruturas empresariais, o *perfil extrativista* se mantém como base da economia na Amazônia.

Estas contradições paradoxais, inerentes ao modo de produção capitalista, não perpassam apenas no interior das cidades, mas também e sobretudo nas áreas ditas urbanas e rurais. No item a seguir abordaremos a relação urbano-rural, destacando a dicotomia existente entre estes espaços territoriais com ênfase nas cidades ribeirinhas da Amazônia.

3. TERRITORIALIDADE URBANO-RURAL E AS CIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

A região Amazônica é obviamente uma região vasta e diversa em sua biodiversidade e ambientes ecológicos, dentre esta variabilidade destaca-se o estuário amazônico, que nos dizeres de Furtado e Sousa (2006. p, 162) “é a área que compreende as desembocaduras dos rios Amazonas e Tocantins e a costa norte do Brasil, desde a baía de São Marcos, no Maranhão até a foz do rio Oiapoque, na Amazônia.” As referidas autoras destacam os ambientes que integram esse ecossistema dentre eles estão “os rios, os igarapés, as florestas, a várzea, as baías, as ilhas com suas praias, os campos alagados; todos com especialidades ambientais e sociais” (FURTADO; SOUSA, 2006. p, 163-164).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Neste sentido, pensando na diversidade urbana na Amazônia, merece destaque as cidades ribeirinhas. Estas cidades geralmente são identificadas por sua localização às margem dos rios, entretanto para além desta associação, outros fatores devem ser levados em consideração como, por exemplo, a relação das mesmas com o rio e a importância dele na vida cotidiana destas cidades (TRINDADE Jr et al., 2011).

Trindade Jr (2012) estabelece uma distinção entre as cidades beira-rio e as cidades ribeirinhas. Segundo o autor, por meio de políticas e intervenções urbanas, notadamente nos espaços das orlas fluviais nas cidades amazônicas, tem-se propagado o discurso de “resgate” das cidades ribeirinhas. Tal discurso refere-se, principalmente, à difusão de atributos de cidades que não ultrapassam a condição de cidades beira-rio, com forte apelo à paisagem e as formas espaciais desconsiderando elementos do ponto de vista econômico, das atividades lúdicas, da circulação e de dimensão simbólico-cultural, simbólicos que identificam as interações cidade-rio. Desse modo, o autor afirma que toda cidade ribeirinha é uma cidade beira-rio, porém nem toda cidade beira-rio é, necessariamente, uma cidade ribeirinha.

Diante disto, Trindade et al (2011) apresenta algumas características das cidades ribeirinhas na Amazônia: são cidades pequenas quando a densidade demográfica e à extensão territorial; estão localizadas às margens dos rios e grandes rios tanto em largura quanto em volume de água; são tradicionais no seu padrão de ordenamento intra-urbano, da sua produção econômica e suas relações socioculturais locais e regionais. Ademais, em decorrência disto, são cidades que apresentam pouca modernização econômica e territorial onde o meio técnico-científico se faz presente com muita timidez quando comparado a outras cidades na Amazônia. Entretanto, o autor chama a atenção para a complexidade do processo urbano na região ao qual não ocorreu de maneira linear e igual em todas as dimensões do território amazônico. Por este motivo não podemos pensar as cidades amazônicas de maneira dual e excludente.

Diante das reflexões feitas até o momento a respeito das cidades ribeirinhas na Amazônia, e, de acordo com a definição de urbano e rural definido pelos censos demográficos no país, estas podem ser caracterizadas como áreas rurais. Os censos estabelecem uma dicotomia entre esses espaços, aos quais está associada a ideia de modernização e desenvolvimento. “O urbano é praticamente representado pela sede municipal enquanto o rural se define pela diferença e distância do que seja urbano.” (GUERRA, 2006. p,100). Neste sentido há uma supremacia do urbano em detrimento do



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

rural uma vez que serviços de infraestrutura, escolas, postos de saúde e outros de caráter municipal são potencializados nas áreas de concentração populacional o que reforça a ideia de isolamento das áreas dispersas (GUERRA, 2006).

Sá, Costa e Tavares (2006) compreendem territorialidade de forma abrangente, não limitada apenas ao “espaço concreto”, aos limites físico-naturais e político-administrativos. Desse modo, o território é entendido como componente de práticas sociais, parafraseando Abramovay (2003) afirmam que o território se constitui em um tecido social vinculado a raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido e pouco levado em consideração pelo próprio desenvolvimento econômico.

Nessa perspectiva a dicotomia urbano-rural, campo-cidade se enfraquece tornando-se relações dialéticas. Guerra (2006) afirma que é possível identificar momentos de encontro e interação entre o urbano e o rural, entre camponeses e cidadãos, periféricos e centrais. O autor cita vários exemplos em que esta dicotomia se dilui: as feiras, festas religiosas, atividades esportivas nos estádios, escolas, manifestações cívicas, dentre outros. Silva e Castro (2013), em sua pesquisa sobre a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém do Pará, reafirma a interação urbano-rural, percebida a partir das trocas comerciais – ou recursos da sociobiodiversidade – de uso alimentar, medicinal, ornamental, artesanal e outros, pela via do trabalho de extrativistas e produtores rurais e de trabalhadores informais nas complexas redes de intermediação que se realizam nos espaços localizados na orla fluvial de Belém.

“No estuário amazônico, muitos são os municípios que possuem sua concentração populacional no continente e uma população dispersa em ilhas e regiões de difícil acesso, dificultando a visualização do público morador desses espaços” (GUERRA, 2006. p, 104-105). Segundo Pereira (2006) o perfil das cidades na Amazônia guarda características das políticas de desenvolvimento regional resultando na concentração de grandes contingentes populacionais nas cidades carentes de bens, trabalhos e serviços públicos.

Segundo Guerra (2006) independentemente de serem municípios grandes ou pequenos a tendência de intervenção do poder público em obras é valorizar áreas de maior concentração populacional, esta variável torna-se determinante para as ações governamentais. O vasto espaço ocupado por populações rurais, periurbanas, urbanas, perirruais ou ribeirinhas acaba recebendo investimentos secundários e de forma dispersa. Desse modo, “o que explica a ação governamental nas áreas rurais ou periféricas é a supervalorização dos aspectos econômicos que possam justificar o investimento nelas”



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(GUERRA, 2006. p, 101). Vale destacar também os impactos ambientais nas áreas ditas urbanas (poluição do ar, da água, sonora, visual e entre outras) os quais são minimizados tendo como horizonte a modernização e o desenvolvimento territorial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de desenvolvimento na Amazônia, ao longo de sua trajetória sociohistórica, tiveram por finalidade a ocupação da região como forma de superar o “vazio demográfico”, sua integração ao território nacional e a valorização econômica de suas riquezas naturais. Na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, na acumulação do capital a região amazônica atuou como fornecedora de matéria-prima e oferta de mão-de-obra barata. Investimentos em infraestrutura como a construção de estradas, criação de rodovias, aeroportos, hidrelétricas e sistema de comunicação viabilizaram esse padrão de desenvolvimento. (PEREIRA, 2006). Ademais, as políticas coloniais inspiradas no slogan “terras sem homens para homens sem terra”, no período ditatorial, atraíram imigrantes e investidores para a região. Essa concepção de “vazio demográfico” nega a existência dos agentes sociais que compõem as “comunidades tradicionais” (SÁ; COSTA; TAVARES. 2006).

Neste sentido, a estruturação e desenvolvimento da rede urbana na Amazônia ocorreu de maneira distinta. A medida em que o capital foi adentrando na região, se apropriando das riquezas, a “modernidade” e o “progresso” foram modificando as relações sócioespaciais. Tal fenômeno ocorreu em temporalidades e espacialidades distintos, por este motivo é correto afirmar a existência de uma rede urbana complexa e plural na Amazônia que deve ser compreendida na sua totalidade.

Diante disso, temos as cidades ribeirinhas da Amazônia, seu território faz parte do estuário amazônico, são cidades que além de estarem localizadas às margens dos rios possuem relações sociais, econômicas, culturais e simbólicas com este ambiente. São cidades geograficamente distantes dos centros urbanos e que, por apresentarem carência em serviços de infraestrutura, vão buscar nestes espaços os serviços e as políticas públicas para o atendimento de suas necessidades sociais. Isso porque os investimentos direcionados as cidades ribeirinhas são insuficientes para atender suas demandas. “Ao



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

deixar de investir em saúde, educação, transporte, habitação, geração de trabalho e renda etc., o Estado acaba por criar as condições para a (re)produção das expressões da ‘questão social’ na região” (SÁ; NASCIMENTO, 2012. P, 2012). Com isso, estas cidades tornam-se mais isoladas e suas demandas invisibilizadas, gerando um alto grau de precarização das condições de vida dos moradores destas áreas, em especial das comunidades tradicionais que estão completamente à margem deste processo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna. SANTOS, Maria Antonieta. **Belém de águas e de portos: ação do Estado e a modernização na superfície.** In: Belém de águas e ilhas. (Org.) CASTRO, Edna. Belém: CEJUP, 2006. Pág. 25-43

FAURE, Jean-François; PROST, Thereza; CASTRO, Edna. **Avaliação multitemporal da dimensão urbana e de seus efeitos na Área Metropolitana de Belém e Região das Ilhas.** In: CASTRO, E. (Org.). Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006. p. 179-202.

FURTADO, L. G.; SOUZA, M. A. M. de. **Belém, ocupação humana e uso dos recursos do estuário.** In: CASTRO, E. (Org.). Belém de águas e ilhas. Belém: CEJUP, 2006. p. 161-178.

GOMES, Vera Lúcia Batista. **Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: notas para a reflexão no Estado do Pará.** In: GOMES, Vera Lúcia Batista. VIEIRA, Ana Cristina de Souza. NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso (Org.). O avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GUERRA, Gutemberg. **Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda.** In: O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. (Org.) CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Belém: EDUFPA, 2006. Pág. 97-111

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 17^o. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Lia Osório. **Sistemas Longe do Equilíbrio e Reestruturação Espacial Na Amazônia.** In: Magalhães, S. B.; Britto, R. C.. (Org.). Energia Na Amazônia. 1ed. Belém - Pará: Naea/Museu Emílio Goeldi/Ifpa/Unamaz, 1996, v. 1, p. 835-859.

PEREIRA, José Carlos Matos. **A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional.** In: O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. (Org.) CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Belém: EDUFPA, 2006. Pág. 23-53



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

PINEDO- VASQUES, Miguel et al. **Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia.** Novos Cadernos NAEA. v. 11, n. 2, p. 43-56, dez. 2008

SÁ, Maria Elvira Rocha de; COSTA, Solange Maria Gayoso da; TAVARES, Luciana Pereira de Oliveira. **O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos.** In: O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. (Org.) CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. Belém: EDUFPA, 2006. Pág. 113-159

SILVA, Iraneide Souza; CASTRO, **Edna Maria Ramos de. Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, Pará.** Novos Cadernos NAEA, v. 16, n.1, Suplemento, p. 109-126, jun. 2013.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da *et al.* **Espacialidades e temporalidades urbanas na Amazônia ribeirinha: mudanças e permanências a jusante do Rio Tocantins.** ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011. pp.117-133.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. **A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais.** Revista Terceira a Margem da Amazônia, Vol. 1, Nº. 1, 2012. Pág. 171-184.